



# CEJAM

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
"DR. JOÃO AMORIM"

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2019

### Consolidação

Matriz (Mantenedora)  
Organização Social – São Paulo  
Organização Social – Embu das Artes  
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim  
Instituto de Responsabilidade Social  
Organização Social – Mogi das Cruzes  
Organização Social – Rio de Janeiro  
Organização Social – Arujá  
Centro de Diagnósticos por Imagem  
Organização Social – Poá  
Organização Social – Carapicuíba  
Gestão Saúde – Campinas  
Organização Social – Osasco Hemodinâmica  
Organização Social – Hospital Municipal de Cajamar  
Organização Social – Hospital Estadual de Francisco Morato



## ÍNDICE

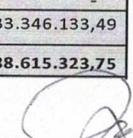
	Página(s)
Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstrac�o dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 � 22



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
 (em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2019	ATIVIDADES DE SAÚDE				2018		
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE			
<b>ATIVO</b>											
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>											
	Caixa e Equivalente de Caixa	(4)	58.308.532,60	1.209.424,60	19.322.194,08	78.840.151,28	58.254.268,51	279.726,85	20.843.589,94	67.811,11	79.445.396,41
	Adiantamentos a Fornecedores		59.199,98	674,10	98,12	59.972,20	26.360,36	-	-	-	26.360,36
	Adiantamentos a Empregados	(5)	4.912.869,36	9.294,24	-	4.922.163,60	4.649.263,70	5.168,20	18.627,93	5.600,86	4.678.660,69
	Adiantamentos para Despesas		6.896,41	1.185,72	500,00	8.582,13	8.376,19	80,00	1.429,82	500,00	10.386,01
	Impostos Recuperáveis		6.426,45	43,18	10.667,67	17.137,30	15.215,16	-	-	-	15.215,16
	Créditos com Contr. de Gestão e Convênios	(6)	71.310.111,04	-	83.816,11	71.393.927,15	53.621.687,86	-	-	13.710,00	53.635.397,86
	Outros Créditos	(7)	32.671,34	177.129,60	1.903.819,89	2.113.620,83	7.864,68	238.212,16	108.089,35	78.138,84	432.305,03
	Estoques	(8)	3.430.651,19	-	-	3.430.651,19	2.742.421,63	-	-	-	2.742.421,63
	Reservas para Contingências	(9)	24.455.794,49	-	-	24.455.794,49	23.308.206,69	-	-	-	23.308.206,69
	Despesas Antecipadas		273.506,16	1.071,71	9.137,58	283.715,45	208.538,84	-	56.511,39	-	265.050,23
			162.796.659,02	1.398.823,15	21.330.233,45	185.525.715,62	142.842.203,62	523.187,21	21.028.248,43	165.760,81	164.559.400,07
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>											
	Realizável a Longo Prazo		91.658,67	-	55.467,12	147.125,79	35.996,67	-	52.767,12	-	88.763,79
	Imobilizado	(10)	16.646.313,92	4.384.722,73	1.930.847,45	22.961.884,10	16.619.075,24	5.882,67	5.924.067,55	452.983,34	23.002.008,80
	Imobilizações em Andamento		-	-	-	-	-	-	367.697,93	-	367.697,93
	Intangível	(11)	550.530,72	7.480,60	97.775,25	655.786,57	491.847,00	-	105.445,84	160,32	597.453,16
			17.288.503,31	4.392.203,33	2.084.089,82	23.764.796,46	17.146.918,91	5.882,67	6.449.978,44	453.143,66	24.055.923,68
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>180.085.162,33</b>	<b>5.791.026,48</b>	<b>23.414.323,27</b>	<b>209.290.512,08</b>	<b>159.989.122,53</b>	<b>529.069,88</b>	<b>27.478.226,87</b>	<b>618.904,47</b>	<b>188.615.323,75</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>											
	Fornecedores		14.435.759,31	107.910,68	139.563,07	14.683.233,06	11.972.184,83	54.432,77	326.949,26	20.264,39	12.373.831,25
	Obrigações Trabalhistas	(12)	35.075.623,08	42.637,08	171.812,32	35.290.072,48	29.817.697,86	8.535,74	239.366,41	21.919,39	30.087.519,40
	Obrigações Sociais e Fiscais		26.427.670,64	39.717,59	217.229,99	26.684.618,22	22.767.283,59	8.021,67	299.832,42	18.720,93	23.093.858,61
	Empréstimos Bancários	(13)	14.072.947,41	-	14.738,60	14.087.686,01	9.693.455,50	-	-	-	9.693.455,50
	Contas a Pagar	(14)	12.603.063,33	3.180,63	205.386,06	12.811.630,02	8.971.923,91	830,23	195.559,11	6.701,88	9.175.015,13
	Provisões para Férias e Encargos		53.465.157,88	69.131,51	326.268,62	53.860.558,01	46.021.977,63	11.309,37	447.718,34	40.330,37	46.521.335,71
	Provisões para Contingências	(15)	-	-	-	-	4.530.377,80	-	284.115,90	-	4.814.493,70
			156.080.221,65	262.577,49	1.074.998,66	157.417.797,80	133.774.901,12	83.129,78	1.793.541,44	107.936,96	135.759.509,30
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>											
	Provisões para Contingências	(15)	6.103.998,17	-	284.115,90	6.388.114,07	864.810,84	-	-	-	864.810,84
	Empréstimos Bancários	(13)	-	-	35.372,66	35.372,66	-	-	-	-	-
	Contas a Pagar	(14)	14.073,16	-	-	14.073,16	5.669,94	-	-	-	5.669,94
	Recursos Governamentais a Realizar		1.312.703,29	-	-	1.312.703,29	1.528.277,94	-	-	-	1.528.277,94
	Bens Públicos em nosso poder	(16)	17.194.057,14	-	-	17.194.057,14	17.110.922,24	-	-	-	17.110.922,24
			24.624.831,76	-	319.488,56	24.944.320,32	19.509.680,96	-	-	-	19.509.680,96
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
	Patrimônio Social		6.704.540,45	5.625.016,34	21.016.576,70	33.346.133,49	(16.154.256,54)	134.914,95	23.464.195,20	520.639,95	7.965.493,56
	Superávit / (Déficit) do Exercício	(31)	(7.534.958,09)	315.329,46	230.385,86	(6.989.242,77)	21.873.150,58	311.021,52	3.555.154,15	(358.686,32)	25.380.639,93
	Dotação Inicial		571.503,24	-	-	571.503,24	-	-	-	-	-
	Transferências Patrimoniais		(360.976,68)	(411.896,81)	772.873,49	-	985.646,41	3,63	(1.334.663,92)	349.013,88	-
			(619.891,08)	5.528.448,99	22.019.836,05	26.928.393,96	6.704.540,45	445.940,10	25.684.685,43	510.967,51	33.346.133,49
	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>180.085.162,33</b>	<b>5.791.026,48</b>	<b>23.414.323,27</b>	<b>209.290.512,08</b>	<b>159.989.122,53</b>	<b>529.069,88</b>	<b>27.478.226,87</b>	<b>618.904,47</b>	<b>188.615.323,75</b>

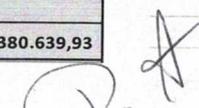
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 DO PERÍODO FIMOS EM  
 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
 (em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2019	ATIVIDADES DE SAÚDE				2018
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b> (17)	<b>875.384.277,99</b>	<b>3.728.332,74</b>	<b>6.321.965,04</b>	<b>885.434.575,77</b>	<b>799.839.657,16</b>	<b>3.176.524,20</b>	<b>4.560.570,45</b>	<b>1.158.697,81</b>	<b>808.735.449,62</b>
Contratos de Gestão e Convênios (18)	875.653.024,90	-	-	875.653.024,90	798.422.060,59	-	-	-	798.422.060,59
Serviços Próprios de Saúde	-	1.564.199,74	-	1.564.199,74	-	1.580.404,65	-	-	1.580.404,65
Promoção Assistencial em Saúde (26)	-	2.164.133,00	-	2.164.133,00	-	1.596.119,55	-	-	1.596.119,55
Recursos p/ Desenvolvimento da Promoção em Saúde	-	-	5.737.927,16	5.737.927,16	-	-	4.560.570,45	-	4.560.570,45
Capacitação e Treinamento em Saúde	-	-	628.366,12	628.366,12	-	-	-	1.158.697,81	1.158.697,81
Realização de Bens Públicos em nosso poder	2.998.806,79	-	-	2.998.806,79	3.222.782,09	-	-	-	3.222.782,09
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado	(2.807.019,36)	-	-	(2.807.019,36)	(472.425,69)	-	-	-	(472.425,69)
(-) Readequação Financeira	-	-	(44.328,24)	(44.328,24)	-	-	-	-	-
(-) Devolução de Recursos Públicos	-	-	-	-	(395.754,26)	-	-	-	(395.754,26)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios	(460.534,34)	-	-	(460.534,34)	(937.005,57)	-	-	-	(937.005,57)
<b>CUSTOS</b>	<b>(863.013.286,58)</b>	<b>(4.866.225,12)</b>	<b>(6.195.283,21)</b>	<b>(874.074.794,91)</b>	<b>(754.758.259,84)</b>	<b>(2.839.708,22)</b>	<b>(6.926.334,36)</b>	<b>(1.161.095,11)</b>	<b>(765.685.397,53)</b>
Despesas com Pessoal (20)	(702.826.228,64)	(1.127.752,98)	(4.413.757,53)	(708.367.739,15)	(618.205.185,31)	(142.903,85)	(4.979.447,37)	(618.220,60)	(623.945.757,13)
Serviços Terceirizados (21)	(118.536.405,29)	(1.252.041,16)	(1.534.197,44)	(121.322.643,89)	(100.180.873,33)	(1.020.228,62)	(1.594.935,81)	(362.453,50)	(103.158.491,26)
Medicamentos e Materiais de Consumo (22)	(41.650.652,65)	(322.297,98)	(247.328,24)	(42.220.278,87)	(36.372.201,20)	(80.456,20)	(351.951,18)	(180.421,01)	(36.985.029,59)
Assistência Gratuita Prestada em Saúde (26)	-	(2.164.133,00)	-	(2.164.133,00)	-	(1.596.119,55)	-	-	(1.596.119,55)
Isenção Usufruída (29)	153.995.939,15	217.661,23	924.119,05	155.137.719,43	137.433.518,42	29.803,76	966.804,83	158.499,27	138.588.626,28
(-) Custo da Isenção Usufruída (29)	(153.995.939,15)	(217.661,23)	(924.119,05)	(155.137.719,43)	(137.433.518,42)	(29.803,76)	(966.804,83)	(158.499,27)	(138.588.626,28)
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO</b>	<b>12.370.991,41</b>	<b>(1.137.892,38)</b>	<b>126.681,83</b>	<b>11.359.780,86</b>	<b>45.081.397,32</b>	<b>336.815,98</b>	<b>(2.365.763,91)</b>	<b>(2.397,30)</b>	<b>43.050.052,09</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>(23.787.763,39)</b>	<b>(723.514,35)</b>	<b>(3.068.396,62)</b>	<b>(27.579.674,36)</b>	<b>(28.141.415,16)</b>	<b>(21.292,99)</b>	<b>(3.543.931,50)</b>	<b>(354.915,34)</b>	<b>(32.061.554,99)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	(360.806,76)	(9.817,29)	(217.956,15)	(588.580,20)	(435.646,62)	(2.390,37)	(247.011,76)	(1.360,07)	(686.408,82)
Despesas Gerais (23)	(22.427.857,47)	(713.697,06)	(2.850.440,47)	(25.991.995,00)	(23.411.098,21)	(18.902,62)	(3.296.919,74)	(344.873,18)	(27.071.793,75)
Provisão para Devedores Duvidosos	-	-	-	-	(1.708.386,86)	-	-	(8.682,09)	(1.717.068,95)
Provisões para Contingências	(999.099,16)	-	-	(999.099,16)	(2.586.283,47)	-	-	-	(2.586.283,47)
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.320.555,67</b>	<b>2.136.084,76</b>	<b>2.208.296,43</b>	<b>5.664.936,86</b>	<b>1.459.075,04</b>	<b>1,51</b>	<b>8.500.229,31</b>	<b>8.463,58</b>	<b>9.967.769,44</b>
Despesas com Doações e Auxílios	-	(21.798,01)	(285.800,00)	(307.598,01)	-	-	(3.600,00)	-	(3.600,00)
Receitas com Doações	35.858,64	531.860,40	159.666,15	727.385,19	375.094,87	-	174.795,75	-	549.890,62
Outras Receitas	1.284.697,03	1.626.022,37	2.334.430,28	5.245.149,68	1.083.980,17	1,51	8.329.033,56	8.463,58	9.421.478,82
<b>TRABALHO VOLUNTÁRIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Receitas do Trabalho Voluntário (2.e/24)	-	3.760,65	69.117,73	72.878,38	-	-	88.100,70	-	88.100,70
(-) Custos com Serviço Voluntário (2.e/24)	-	(3.760,65)	(69.117,73)	(72.878,38)	-	-	(88.100,70)	-	(88.100,70)
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC./DESP FINANCEIRAS</b>	<b>(10.096.216,31)</b>	<b>274.678,03</b>	<b>(733.418,36)</b>	<b>(10.554.956,64)</b>	<b>18.399.057,20</b>	<b>315.524,50</b>	<b>2.590.533,90</b>	<b>(348.849,06)</b>	<b>20.956.266,54</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b> (19)	<b>2.561.258,22</b>	<b>40.651,43</b>	<b>963.804,22</b>	<b>3.565.713,87</b>	<b>3.474.093,38</b>	<b>(4.502,98)</b>	<b>964.620,25</b>	<b>(9.837,26)</b>	<b>4.424.373,39</b>
Receitas Financeiras	3.849.423,94	53.553,09	1.019.613,01	4.922.590,04	4.933.115,19	1.757,92	973.657,50	2.112,14	5.910.642,75
Despesas Financeiras	(1.288.165,72)	(12.901,66)	(55.808,79)	(1.356.876,17)	(1.459.021,81)	(6.260,90)	(9.037,25)	(11.949,40)	(1.486.269,36)
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b> (31)	<b>(7.534.958,09)</b>	<b>315.329,46</b>	<b>230.385,86</b>	<b>(6.989.242,77)</b>	<b>21.873.150,58</b>	<b>311.021,52</b>	<b>3.555.154,15</b>	<b>(358.686,32)</b>	<b>25.380.639,93</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Dotação Inicial	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.906.459,67</b>	<b>4.059.033,89</b>	-	<b>7.965.493,56</b>
Incorporação do Superávit	4.059.033,89	(4.059.033,89)	-	-
Superávit do Exercício	-	25.380.639,93	-	25.380.639,93
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>7.965.493,56</b>	<b>25.380.639,93</b>	-	<b>33.346.133,49</b>
Incorporação do Superávit	25.380.639,93	(25.380.639,93)	-	-
Dotação Inicial	-	-	571.503,24	571.503,24
Déficit do Exercício	-	(6.989.242,77)	-	(6.989.242,77)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>33.346.133,49</b>	<b>(6.989.242,77)</b>	<b>571.503,24</b>	<b>26.928.393,96</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(em Reais)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit / Superávit do Exercício	(6.989.242,77)	25.380.639,93
Depreciação	733.715,32	663.742,70
Dotação Inicial (Estoque)	571.503,24	-
<b>(Aumento) Redução do Ativo</b>		
Adiantamentos a Fornecedores	(33.611,84)	198.525,56
Adiantamentos a Empregados	(243.502,91)	177.723,46
Adiantamentos para Despesas	1.803,88	(1.642,16)
Impostos Recuperáveis	(1.922,14)	66.773,36
Créditos com Convênios	(17.758.529,29)	(48.526.485,64)
Outros Créditos	(2.828.903,60)	(1.385.045,27)
Estoques	(688.229,56)	(548.561,37)
Despesas Antecipadas	(18.665,22)	(104.311,38)
Realizável a Longo Prazo	(58.362,00)	1.213.129,32
<b>Aumento (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	2.309.401,81	767.931,99
Obrigações Trabalhistas	5.205.041,34	2.710.548,54
Obrigações Sociais e Fiscais	3.590.759,61	5.955.477,57
Provisões para Férias e Encargos	7.339.222,30	(3.320.876,99)
Provisão para Contingências	708.809,53	2.373.931,92
Recursos Governamentais a Realizar	284.085,77	-
Outras Obrigações	3.142.869,43	2.740.971,22
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>(4.733.757,10)</b>	<b>(11.637.527,24)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	1.790.760,85	472.425,69
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(668.789,13)	(423.571,28)
Imobilizações em Andamento	367.697,93	(367.697,93)
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento</b>	<b>1.489.669,65</b>	<b>(318.843,52)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(1.790.760,85)	(472.425,69)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	4.429.603,17	533.537,38
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	-
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento</b>	<b>2.638.842,32</b>	<b>61.111,69</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(605.245,13)</b>	<b>(11.895.259,07)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	79.445.396,41	91.340.655,48
Disponibilidades no Final do Exercício	78.840.151,28	79.445.396,41
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(605.245,13)</b>	<b>(11.895.259,07)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(em Reais)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

---

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Poá, Rio de Janeiro, Carapicuíba, Campinas, Cajamar e Governo do Estado de SP. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social CEJAM.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e patrimônio líquido negativo de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



---

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

### 2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura.

### 2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

### 2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 2.e) Trabalho voluntário:

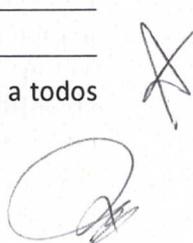
Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

---

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

---

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.



### 3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018.

### 3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

### 3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2019 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2018. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Construções: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos;
  - Biblioteca: 10 anos;
  - Benfeitorias: 25 anos.



### 3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.g) Patrimônio social:

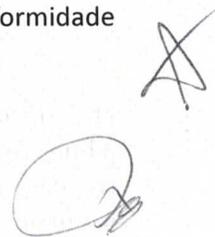
Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

### 3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



### 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BENS NUMERÁRIOS	2019	2018
Caixa	11.081,09	7.210,00
Fundo Fixo	3.990,40	3.706,86
	<b>15.071,49</b>	<b>10.916,86</b>

BANCOS – CONTA MOVIMENTO	2019	2018
Banco do Brasil S.A.	692.775,05	1.348,65
Banco Santander (Brasil) S.A.	13.740,02	45.834,52
Banco Bradesco S.A.	413,42	354,95
Banco Safra S.A.	3.867,64	493,28
	<b>710.796,13</b>	<b>48.031,40</b>

BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2019	2018
Banco do Brasil S.A.	7.277.554,00	3.045.716,91
Banco Santander (Brasil) S.A.	51.352.842,62	48.880.971,89
Banco Bradesco S.A.	16.769.006,36	26.379.389,17
Banco Itaú S.A.	408,86	399,74
Banco Safra S.A.	2.714.471,82	1.079.970,44
	<b>78.114.283,66</b>	<b>79.386.448,15</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).



5. **ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

	2019	2018
<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>		
Adiantamentos de Férias	4.722.937,60	4.436.598,88
Outros Adiantamentos	199.226,00	242.061,81
	<b>4.922.163,60</b>	<b>4.678.660,69</b>

6. **CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

	2019	2018
<b>CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIO</b>		
PMSP - Contrato 003/2007 (PROREHOSP)	5.313.404,24	2.656.664,77
PMSP Contrato 006/2015 (Jardim Ângela/Capão Redondo)	33.866.929,81	32.185.699,59
PMSP Contrato 002/2011 (Parto Seguro)	4.029.796,32	42.150,70
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M’Boi Mirim)	-	3.400.000,00
Pref. Mun. de Embu das Artes - Contrato 053/2018 (Atenção Básica)	5.597.046,61	3.416.773,72
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2014 (UBS 24H)	410.611,99	432.387,99
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 045/2014 (ESF)	721.166,77	557.557,41
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 030/2017	105.337,05	75.962,70
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 067/2018 (UNICA)	552.967,84	374.402,42
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	15.579.264,78	12.188.475,42
Convênios da área Formação em Saúde	83.816,11	13.710,00
Contrato nº 04/2019 – Cirurgia Geral	287.007,03	-
Contrato nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	189.077,43	-
Contrato nº 25/2019 - Enfermagem	3.635.984,89	-
Contrato nº 69/2019 – Saúde Mental	367.411,55	-
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 90/2019	2.343.053,51	-
Créditos a Receber HMBM	19.438,08	-
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.708.386,86)	(1.708.386,86)
	<b>71.393.927,15</b>	<b>53.635.397,86</b>

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando 30% como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes, montante este considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.



**7. OUTROS CRÉDITOS**

<b>OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Alugueis a Receber	57.596,00	57.596,00
Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	90.528,90	221.536,13
Créditos com Operadoras de Cartões a Receber	17.877,04	16.676,03
Valores a Regularizar	36.070,66	8.139,68
Outros Créditos	-	50.218,35
Créditos de Alunos a Receber	-	86.820,93
Sistema Médico São Benedito	6.450,00	-
Banco Santander	1.263.090,00	-
Cajamar – Contrato 90/2019 (Intercompany)	35.520,83	-
Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda	1.278,34	-
PMG – Contrato 42/2014 (Intercompany)	605.209,06	-
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(8.682,09)
	<b>2.113.620,83</b>	<b>432.305,03</b>

<b>OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	147.125,79	88.763,79
	<b>147.125,79</b>	<b>88.763,79</b>

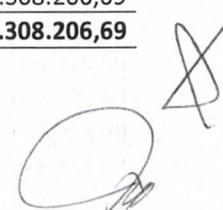
**8. ESTOQUES**

<b>ESTOQUES</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Equipamentos de EPI	12.480,11	299,40
Medicamentos	965.459,66	942.729,43
Materiais de Uso dos Pacientes	1.655.143,55	1.310.308,26
Gêneros Alimentícios	184.774,44	85.708,01
Impressos e Materiais de Expediente	22.009,39	41.579,32
Produtos de Limpeza	213.753,96	62.944,84
Materiais de Manutenção	99.860,51	69.915,55
Rouparia	89.469,62	109.369,83
Outros Materiais de Consumo	187.699,95	119.566,99
	<b>3.430.651,19</b>	<b>2.742.421,63</b>

**9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS**

Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

<b>RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Banco Santander (Brasil) S.A.	24.455.794,49	23.308.206,69
	<b>24.455.794,49</b>	<b>23.308.206,69</b>



**10. IMOBILIZADO**

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2019	Residual 2018
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(2.159.144,21)	3.470.855,79	3.696.055,83
Instalações	10%	496.601,33	(78.262,11)	418.339,22	84.628,51
Máquinas e Equipamentos	10%	515.402,25	(270.444,94)	244.957,31	181.138,72
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.206.738,46	(1.726.884,39)	479.854,07	648.889,43
Equipamentos de Informática	20%	808.146,74	(636.235,98)	171.910,76	102.940,66
Móveis e Utensílios	10%	1.173.078,94	(810.903,76)	362.175,18	445.031,43
Veículos	20%	346.784,35	(146.500,51)	200.283,84	223.110,03
Benfeitorias	4%	827.037,11	(233.980,60)	593.056,51	626.138,95
<b>Bens de Gestão Pública Prefeituras</b>					
São Paulo - Organização Social		21.131.570,44	(13.530.832,22)	7.600.738,22	8.334.417,41
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		27.997.565,19	(23.088.547,99)	4.909.017,20	3.748.419,72
Embu das Artes (SP)		66.687,84	(61.245,14)	5.442,70	8.725,37
Mogi das Cruzes (SP)		338.464,73	(243.653,88)	94.810,85	129.122,05
Rio de Janeiro (RJ)		8.754.381,34	(5.215.475,62)	3.538.905,72	4.340.848,09
Poá (SP)		-	-	-	13.022,39
Arujá (SP)		-	-	-	44.520,21
Carapicuíba (SP)		222.230,70	(1.140,96)	221.089,74	-
Cajamar (SP)		279.695,232	(4.248,23)	275.446,99	13.022,39
		<b>71.169.384,65</b>	<b>(45.704.061,86)</b>	<b>22.961.884,10</b>	<b>23.015.031,19</b>

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde.

**11. INTANGÍVEL**

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2019	Residual 2018
Direitos de Uso de Sistemas	20%	422.667,27	(324.074,43)	98.592,84	103.812,15
Outros Direitos de Uso	-	-	-	-	-
Marcas e Patentes		8.588,01	-	8.588,01	1.794,01
<b>Direitos de Gestão Pública Prefeitura</b>					
São Paulo - Organização Social		411.181,10	(330.428,16)	80.752,94	21.565,69
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		1.939.111,14	(1.873.592,39)	65.518,75	73.897,51
Mogi das Cruzes (SP)		6.078,14	(4.834,59)	1.243,55	-
Embu das Artes (SP)		2.459,45	(328,00)	2.131,45	-
Cajamar (SP)		2.330,00	(126,33)	2.203,67	-
Rio de Janeiro (RJ)		695.057,72	(298.302,36)	396.755,36	396.383,80
		<b>3.487.472,83</b>	<b>(2.831.686,26)</b>	<b>655.786,57</b>	<b>597.453,16</b>




**12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2019	2018
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		
Salários a Pagar	34.652.348,16	29.755.933,83
Rescisões a Pagar	529.558,76	240.263,62
Pensões Alimentícias a Pagar	107.813,01	80.385,25
Férias a Pagar	(6.424,47)	10.936,70
Benefícios a Pagar	6.777,02	-
	<b>35.290.072,48</b>	<b>30.087.519,40</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	2019	2018
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	4.040.311,60	299.716,75
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	10.032.635,81	9.393.738,75
	<b>14.072.947,41</b>	<b>9.693.455,50</b>

	2019	2018
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		
HP Financial Service Arrendamento Mercantil S. A.	17.769,01	-
(-) Juros a Apropriar – HP Financial Service Arrend. Mercantil S. A.	(3.030,41)	-
	<b>14.738,60</b>	-

	2019	2018
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		
HP Financial Service Arrendamento Mercantil S. A.	42.645,59	-
(-) Juros a Apropriar – HP Financial Service Arrend. Mercantil S. A.	(7.272,93)	-
	<b>35.372,66</b>	-

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,59% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander.




**14. CONTAS A PAGAR**

<b>CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Eletropaulo – Hospital Mun. M’Boi Mirim	163.044,64	141.973,58
Light – OS Rio de Janeiro	6.771.515,14	3.911.331,27
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	1.210.120,35	858.642,74
Sabesp – Hospital Mun. M’Boi Mirim	184.380,60	137.686,61
Telemar Norte Leste S/A	63,24	63,24
Tim Celular	-	873,88
Nextel Telecomunicações	920,54	737,10
Oi Móvel S.A. (em recuperação judicial)	-	474,57
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	1.227.330,72	2.396.716,09
Adiantamentos PMSP – Hospital M’Boi Mirim	-	-
Aluguéis a Pagar	234.144,26	233.538,06
Empréstimo Consignado	1.270.077,18	949.174,61
Plano de Previdência Privada	122.389,33	130.324,50
Seguros a Pagar	9.942,68	6.547,80
Outras Contas a Pagar	1.615.905,84	406.931,08
Mensalidade de Alunos à Repassar	1.795,50	-
	<b>12.811.630,02</b>	<b>9.175.015,13</b>

<b>CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Obrigações Trabalhistas	14.073,16	5.669,94
	<b>14.073,16</b>	<b>5.669,94</b>

**15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisões para Contingências Tributárias	-	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	-	4.526.735,69
Provisões para Contingências Cíveis	-	201.961,15
	-	<b>4.814.493,70</b>

<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisões para Contingências Tributárias	85.796,86	-
Provisões para Contingências Trabalhistas	6.100.356,06	864.810,84
Provisões para Contingências Cíveis	201.961,15	-
	<b>6.388.114,07</b>	<b>864.810,84</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.



As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 13.708.458,87 (em 2017 R\$ 13.708.458,87), sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

<b>PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
De natureza Trabalhista	13.703.458,87	13.703.458,87
De natureza Cível	5.000,00	5.000,00
	<b>13.708.458,87</b>	<b>13.708.458,87</b>

#### 16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 17.194.057,14 em 2019 e R\$ 17.110.922,24 em 2018, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos municípios quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

#### 17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.



**18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

	2019	2018
<b>RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS</b>		
PMSP – Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	32.508.824,01	24.090.188,70
PMSP - Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	393.092.794,78	381.841.624,21
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	99.431.230,66	94.939.323,92
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M’Boi Mirim)	174.443.773,30	169.517.279,27
Pref. Mun. de Embu - 053/2018 - Atenção Básica	17.627.737,09	10.533.588,47
Pref. Mun. de Embu – Contrato de Gestão 116/2017 (Atenção Básica)	-	4.972.238,82
Pref. Mun. de Embu – Contrato de Gestão 116/2017 (Vigilância em Saúde)	-	271.027,24
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2014 (UBS 24H)	-	16.212.926,36
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)	21.532.001,66	21.820.908,58
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 067/2018 (UNICA)	7.795.847,13	2.950.010,75
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 030/2017	3.569.294,31	3.294.629,62
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 100/2019	762.853,14	-
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	65.393.353,20	65.393.353,20
Pref. Mun. de Poá - Contrato de Gestão 010/2018	774.509,79	1.965.967,69
Pref. Mun. de Poá – Termos de Colaboração 001 e 002/2017	-	618.993,76
Contrato nº 04/2019 – Cirurgia Geral	3.262.649,02	-
Contrato nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	1.729.093,71	-
Contrato nº 25/2019 - Enfermagem	24.055.167,80	-
Contrato nº 69/2019 – Saúde Mental	763.255,57	-
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 25/2019	14.386.411,38	-
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 90/2019	2.343.053,51	-
Pref. Mun. De Carapicuíba – Contrato de Gestão 96/2019	2.746.636,37	-
Governo do Estado de SP – Convênio 0493/2019 – Hemodinâmica Osasco	808.786,04	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão Hosp. de Franc. Morato	8.625.752,43	-
	<b>875.653.024,90</b>	<b>798.422.060,59</b>

**19. RESULTADO FINANCEIRO**

	2019	2018
<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.863.901,60	5.865.549,12
Descontos Obtidos	56.204,03	43.320,30
Juros e Atualizações Monetárias	2.484,41	1.773,33
(-) Tarifas Bancárias	(245.480,96)	(182.294,43)
(-) Juros Bancários	(851.904,18)	(1.058.725,38)
(-) Juros a Fornecedores	-	(89.688,12)
(-) Juros sobre Financiamento	(216.080,17)	-
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(15.702,38)	(71.754,68)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(15.403,40)	(64.347,67)
(-) Imposto sobre Operações Financeiras	(12.305,08)	(19.459,08)
	<b>3.565.713,87</b>	<b>4.424.373,39</b>

**20. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>		
Remunerações	609.639.471,71	531.803.041,12
Benefícios	44.719.007,84	42.215.598,22
Encargos Sociais	54.009.259,60	49.927.117,79
	<b>708.367.739,15</b>	<b>623.945.757,13</b>

**21. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	114.679.551,60	97.083.824,44
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	6.641.338,96	6.060.694,42
Bolsistas e Estagiários	1.753,33	13.972,40
	<b>121.322.643,89</b>	<b>103.158.491,26</b>

**22. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>MEDICAMENTOS E MATERIAIS</b>		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	28.818.514,56	24.608.018,00
Materiais de Uso Escolar	4.533,12	80.762,93
Materiais de Consumo	7.452.253,01	7.113.482,98
Materiais de Conservação	2.599.085,13	2.248.446,82
Outros Materiais	3.345.893,05	2.934.318,86
	<b>42.220.278,87</b>	<b>36.985.029,59</b>

**23. DESPESAS GERAIS**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>DESPESAS GERAIS</b>		
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	9.763.306,57	8.707.736,54
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	9.670.083,99	11.202.857,70
Administrativas	732.878,24	642.012,18
Publicidade	187.465,20	97.440,04
Eventos	275.814,01	442.644,67
Reformas e Benfeitorias	-	172.619,22
Bens não Imobilizados	314.963,11	275.011,41
Depreciações e Amortizações	3.735.065,32	3.889.805,17
Outras Despesas Gerais	1.312.418,56	1.641.666,82
	<b>25.991.995,00</b>	<b>27.071.793,75</b>



---

**24. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)**

---

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros. Durante o exercício de 2019 foi registrado um total de 480 horas correspondentes ao trabalho voluntário da diretoria estatutária, valoradas ao montante de R\$ 72.878,38.

---

**25. COBERTURA DE SEGUROS**

---

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

---

**26. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE**

---

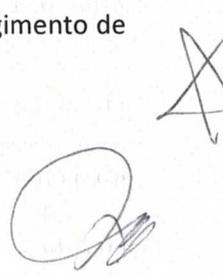
A Entidade, mantém com recursos próprios atendimento ambulatorial por meio de uma equipe multidisciplinar, com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Paulo, atuando na anticoncepção (DIU de cobre e implante subcutâneo) e na prevenção do câncer ginecológico.

Em 2019, para contribuir com o enfrentamento de barreiras organizacionais e individuais para a inserção do método em mulheres que desejam fazer uso, e em fortalecimento as ações de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (SSSR) que é uma das prioridades da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres (PNAISM), o programa passou a ser também um centro de capacitação de profissionais de Saúde (médicos e enfermeiros) para a inserção, manejo e retirada do DIU TCu 380A em ambiente ambulatorial.

Com o objetivo de atuar nessa realidade o ambulatório foi transformado em seu modelo de atendimento direcionado à implantação de DIUs de cobre, tanto por médicos quanto por enfermeiras. Reduziu-se o número de consultas de uma média de 05 por paciente para duas por paciente, uma para coleta do Papanicolau e implantação do DIU e uma de retorno para controle, e se passou a oferecer treinamento desse procedimento para os profissionais da APS dos municípios e outros interessados da rede pública. O agendamento das pacientes se dá através do programa Alô Mãe da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo.

O treinamento dos profissionais conta com um módulo teórico, um módulo de prática simulada em modelos anatômicos e um módulo prático no ambulatório. Esta mudança possibilita que as ações do ambulatório não só tenham um efeito ampliado tanto pelo número de mulheres com o DIU implantado como também pelo número de novos profissionais habilitados no uso do método e que poderão implantar o DIU nas pacientes de suas áreas de abrangência.

O novo serviço iniciou-se em agosto de 2019 e pode já ser considerado um sucesso no atingimento de seus objetivos.



O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2019 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 2.164.133,00 (em 2018 R\$ 1.596.119,55) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

ATIVIDADES DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER	NÚMERO DE BENEFICIADOS	
	2019	2018 (REAPRESENTADO)
<b>PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER</b>		
Implantação de DIUs	1.339	643
Retirada de DIU de cobre	174	84
Inserção DIU Levorgestrel	4	3
Retirada DIU Levorgestrel	2	-
Inserção Implante Hormonal Subdérmico	92	214
Retirada Implante Hormonal Subdérmico	31	26
Papanicolau (coleta e resultado)	1.218	2.047
Consultas	4.377	7.455
Promoção à Saúde e Prevenção de Doença (PA, Glicemia, Testes Rápidos, Distribuição de gel lubrificante, preservativos e folders educativos)	20.630	31.246
Procedimento em Saúde / Exames de Imagem (USG)	3.161	2.391
Profissionais de saúde treinados na colocação de DIU	63	-

## 27. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a

parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

## 28. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.



Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

*“Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto.”*

*“Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador.”*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2019 e 2018. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

---

## 29. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

---

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2019 foi de R\$ 155.137.719,43 (em 2018 de R\$ 138.588.626,28) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:



ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2019	2018
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	153.809.455,60	137.376.487,65
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.328.263,83	1.212.138,63
	<b>155.137.719,43</b>	<b>138.588.626,28</b>
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(153.809.455,60)	(137.376.487,65)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(1.328.263,83)	(1.212.138,63)
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.

### 30. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)**

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2019, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2019 foi de R\$ 26.563.037,27 (em 2018 R\$ 24.262.063,49), distribuída da seguinte forma:

RENÚNCIA FISCAL	2019	2018
Cofins	26.563.037,27	24.262.063,49
	<b>26.563.037,27</b>	<b>24.262.063,49</b>

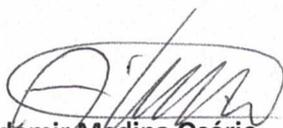


**31. DÉFICIT / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO**

O Déficit do exercício de 2019 foi de R\$ 6.989.242,77 e o Superávit do exercício de 2018 foi de R\$ 25.380.639,93, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2019	2018
Matriz (Mantenedora)	0001	230.385,86	3.484.596,93
Organização Social – São Paulo	0002	(2.249.217,96)	11.502.264,60
Escola de Saúde	0003	-	(358.686,32)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	1.644.848,73	678.278,87
Gestão Saúde – Taboão da Serra	0006	-	10.177,12
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	(9.277.055,04)	349.725,45
Instituto de Responsabilidade Social	0009	66.371,19	70.558,22
Organização Social – Mogi das Cruzes	0010	2.322.499,39	5.333.633,60
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	(727.759,26)	4.108.162,21
Organização Social – Arujá	0012	86.150,57	117.672,07
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	248.958,27	311.021,52
Organização Social – Poá	0014	(274.019,80)	(226.763,34)
Organização Social - Carapicuíba	0015	1.207.409,95	-
Gestão Saúde - Campinas	0016	1.025.494,73	-
Gestão Saúde – Hemodinâmica Osasco	0017	607.022,61	-
Organização Social - Cajamar	0018	2.001.685,66	-
Organização Social – Hosp. Estadual de Francisco Morato	0022	(3.902.017,67)	--
		<b>(6.989.242,77)</b>	<b>25.380.639,93</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.



**Ademir Medina Osório**  
C. E. O.



**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3